

DOSSIÊ - ENTREVISTA

Marco Baratto / Divulgação



Prof. Dr. Marco Antônio Baratto Ribeiro da Silva

Marco Antônio Baratto Ribeiro da Silva é doutor em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB (2017). Possui mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo PPGE/UnB, e graduação em Pedagogia pela FE/UnB. Atua como coordenador político e docente externo no curso de especialização lato sensu Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo; formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social em cooperação, pela UnB/CNPQ/PRONERA e Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF. Atua na coordenação político-pedagógica do curso técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo - Residência Agrária Jovem, parceria entre UFMG/CNPQ/PRONERA/SNJ/ENFF. Membro dos grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais da UnB, e Imperialismo e Dependência do UniCeub. Tem experiência nas áreas de questão agrária com ênfase em reforma agrária, campesinato, luta pela terra, luta de classes, dependência, capitalismo e sub-imperialismo com ênfase na agricultura; agrogênesis e classe dominante no campo; políticas sociais e políticas públicas com ênfase nas políticas de agroecologia; Educação do Campo e movimentos sociais.

A tarefa contra-hegemônica da Educação do Campo na Reforma Agrária Popular

1. Revista *Com Censo* (RCC) - Quais são as características mais marcantes do campo no Distrito Federal (DF)? Existem dados que possam exemplificar?

Marco Antônio Baratto Ribeiro da Silva - O território pertencente hoje ao Distrito Federal foi criado a partir da desapropriação de diversas fazendas, tendo como centralidade a construção de Brasília. Com a expansão da força de trabalho empregada, e após a inauguração de Brasília como nova capital federal, parte desses trabalhadores foi empurrada para o entorno periférico de Brasília, ocupando um território que se mesclava entre cerrado e fazendas improdutivas desapropriadas. Esse processo consolidou as conhecidas regiões administrativas do Distrito Federal. Ocorre que com a mudança da capital pra cá, houve uma divisão de terras públicas de forma desorganizada por parte do poder público, conectado aos interesses de quem comandava a política na época. Parte das terras ficou sob controle da União (Secretaria de Patrimônio da União - SPU), parte sob comando do governo do Distrito Federal - GDF (Terracap) e, após a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), outra parte ainda foi destinada aos servidores do órgão, também como projetos de colonização.

Esse cenário impacta diretamente na conformação dos territórios rurais da região e nas políticas de distribuição de terras. Na década de 1980, o então governador, indicado pela ditadura militar, Joaquim Roriz, executou um projeto de doação de terras urbanas e rurais em troca de apoio político. Esse processo gerou um intenso movimento de ocupações irregulares de terras e loteamento urbano. Ou seja, parte das terras rurais e urbanas no DF foi ocupada irregularmente, para serem regularizadas em seguida.

No caso do campo, os latifundiários goianos, mineiros, gaúchos e paranaenses viram no entorno do DF a possibilidade de expandir suas fronteiras agrícolas com aval da União ou do GDF (Terracap), que em parte contribuíram para a regularização e, por outro lado, perderam o controle sobre o que de fato era de domínio público.

Coube aos movimentos de luta pela Reforma Agrária, em especial ao Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante os últimos 20 anos, ocuparem parte dessas terras públicas, invadidas irregularmente por setores ligados ao agronegócio e à especulação imobiliária. Por vezes, houve associação entre esses dois setores para pressionar o GDF e a SPU para que retomassem territórios públicos de direito e assumissem a postura de criar assentamentos de Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e convertendo-as a cumprirem de fato sua função social. O resultado disso foi uma intensificação da violência, da pistolagem e a tentativa de criminalização constante dos movimentos que lutam pela terra na região a partir de interesses de setores imobiliários e do agronegócio - uma associação entre capital estrangeiro e capital local - para fins de controle territorial e expansão de empreendimentos milionários, sejam urbanos ou rurais.

2. RCC - No que diz respeito à produção agrícola, quais são as potencialidades e desafios?

M. Baratto - O Distrito Federal é hoje um importante produtor de horti-fruti-granjeiros. A base dessa produção se concentra no território do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG), um amplo território agrícola que compreende as regiões de Ceilândia e Brazlândia, e pertence à principal bacia hidrográfica do Distrito Federal, a bacia do Rio Descoberto, que abastece cerca de 65% da população do DF.

A região do PICAG foi criada como um projeto de colonização com o objetivo de ser o pólo de produção agrícola familiar para abastecer a população do DF, de forma mais rápida e com preços mais acessíveis, evitando assim que a base do consumo alimentar da população do DF dependesse da produção externa, por consequente mais cara.

No entanto, essa região, por mais que seja uma referência na produção de horti-fruti-granjeiros no DF, tem sido impactada pela grilagem de terras, desmatamento da Área de Proteção Ambiental (APA) e utilização de agrotóxicos, por parte da média agricultura empresarial e pela especulação imobiliária. Na contramão desse processo, a região do PICAG se consolida como um território com muitos assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais de agricultores familiares que produzem cultura e alimentos em outra perspectiva, tendo na agroecologia, na agricultura orgânica, nos sistemas agroflorestais e na cooperação agrícola o caminho para produzir alimentos de qualidade, que ao mesmo tempo em que comercializa, organiza o trabalho dos agricultores camponeses e recupera o bioma, cuidando, desse modo, do maior patrimônio da região, a água.

Assim, como no PICAG, as regiões de Planaltina, São Sebastião e Gama têm importante influência para a produção de alimentos a partir dos assentamentos e das comunidades rurais. Esses territórios atuam como cinturões verdes, tão necessários para a manutenção da qualidade de vida dos centros urbanos,

desde a alimentação produzida e consumida até a qualidade da água e do ar. O papel fundamental da Reforma Agrária no DF passa pela contribuição direta da qualidade de vida da população urbana, sobretudo pelo modo de produção e relação com os ambientes agrícolas locais. O desafio agora é produzir alimentos saudáveis, que convivam com os biomas, gerando renda e trabalho digno, e contribuindo para a qualidade de vida, econômica, social e ambiental do conjunto da sociedade.

3. RCC - Muitas escolas do campo assistem a uma crescente e rápida urbanização das áreas rurais no DF. O que está acontecendo? Qual a relação desse fato com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)? Há grilagem de terra? Qual o lugar e o papel da escola nesse contexto?

M. Baratto - Hoje há uma desconstrução e uma negação dos ambientes rurais no DF. Isso ocorre pelo entendimento equivocado de setores associados no DF, que controlam a política e os territórios. Como sabemos, na política, território é poder. Foi assim que a família Roriz hegemoneizou a política durante anos e hegemoneiza até hoje, no ideário da população. De um lado, temos uma associação entre setores da especulação imobiliária e grupos empresariais da infraestrutura, que se alimentam do desordenamento territorial (aqui, opera-se as máfias da grilagem de terras), e de outros setores da média e grande agricultura capitalista, que controlam espaços aos arredores do DF e em maior escala em regiões do entorno, que possuem frações de terras maiores.

Para esses setores, não cabe agricultura familiar, camponesa, assentamentos, comunidades rurais. Operam o controle dos territórios rurais próximos aos centros urbanos, com ênfase na especulação imobiliária, na criação de grandes condomínios, assegurando parte do território para médios e grandes empresários da agricultura, investindo mais em negócios de infraestrutura agrícola do que em produção. Por outro lado, há um avanço, mesmo que pequeno ainda, comparado a outros estados, de setores do agronegócio no entorno de Brasília, produzindo sorgo, milho, soja e feijão.

Interessante observar que o papel da escola nesses espaços, embora de muita mediação - a depender dos profissionais que ali trabalhem -, também tem sido de reforçar um discurso hegemônico de centralidade nos ambientes urbanos, na cidade como o moderno. Obviamente existe, sobretudo aqui no DF, um movimento de resistência e resgate, a partir da disputa dos currículos e pela pedagogia apropriada, que muitos professores e professoras da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) vem fazendo. Entendo que esse é o caminho.

Primeiramente, iniciativas pedagógicas que façam um diálogo amplo entre professores, profissionais da educação e estudantes e, posteriormente, que esse movimento rompa os muros da escola, envolvendo os pais, as associações de moradores, os movimentos sociais e culturais e os trabalhadores rurais. O papel da escola e do saber é multiplicá-lo ao máximo, valorizar o saber popular e compreender o território, seja ambiental, cultural, produtivo ou econômico. Vejo, ainda, que a escola do campo, em sua maioria, cumpre apenas um papel físico, de estar ali somente, com pedagogias que não se relacionam com a realidade ao seu redor.

4. RCC - As escolas do campo da rede pública do DF possuem uma alta rotatividade de estudantes, visto que suas famílias não são donas das terras onde vivem e sim empregadas/os que trabalham nas chácaras e fazendas. Como podemos relacionar essa realidade ao êxodo rural e à luta por Reforma Agrária Popular?

M. Baratto - Na verdade, a rotatividade de alunos nas escolas do campo se dá, inicialmente, porque os territórios vêm mudando. O que foi um território rural há cinco anos, hoje não é mais. E isso implica diretamente nesse movimento. Esses territórios vêm se transformando de forma abrupta e violenta. Estão se constituindo em espaços sem povo, sem gente. Podemos dizer que é uma espécie de êxodo rural pela transformação da natureza do território. Não são apenas os trabalhadores camponeses que estão sendo expulsos de seus lugares de origem, há uma apropriação desses territórios por setores ligados ao capital financeiro e, em alguns casos, industrial. O campo e sua cultura não cabem mais ali.

Dessa forma, nosso projeto de Reforma Agrária Popular tem a tarefa contra hegemônica de disputar esses territórios. Para isso, alguns pilares são fundamentais. Primeiramente, é necessário haver a retomada desses territórios e a criação de novos assentamentos, que possam produzir alimentos saudáveis, cultura, cooperação. Segundo, criar escolas do campo que possam exercer a liberdade do pensamento crítico, que desenvolvam a cultura local, as relações, o conhecimento profundo das questões ambientais e sociais, e estimulem o trabalho como princípio educativo, tendo na qualidade de vida, no emprego e renda, uma das bases de desenvolvimento local e regional. Para a escola do campo ter sentido, temos que dar o sentido de viver no campo, e vida no campo é com povo, cultura e trabalho.

5. RCC - O agronegócio avança no país. E no DF? Como se caracteriza?

M. Baratto - As características do agronegócio no DF são diferentes das características de estados territorialmente maiores. A grande produção agrícola no DF, centrada no tripé que define o agronegócio (mecanização pesada, monocultivo em larga extensão de terras, e uso intensivo de agrotóxicos) ocupa uma área territorialmente pequena no Distrito Federal. Isso se dá exatamente pela pouca oferta de terras planas agricultáveis com grande extensão, tendo em vista o aumento das ocupações urbanas e a diminuição dos territórios rurais. Em 1977, foi criado no DF o programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – (PAD DF), com o objetivo de incorporar aos processos produtivos locais áreas até então não exploradas. Esse território se consolidou como o grande espelho do agronegócio e do uso de agrotóxicos na região. O PAD DF hoje utiliza uma área de 61 mil hectares de terras, e concentra a produção de soja, milho e sorgo.

Em comparação com outras áreas controladas pelo agronegócio, o PAD DF, por ser o principal território de concentração latifundiária na região, pode ser considerado pequeno, em relação ao espaço que atua. Importante ressaltar que o PAD DF não garante o controle da produção e comercialização agrícola do Distrito Federal. Primeiramente, por produzir apenas três variedades produtivas hegemonicamente, sendo duas consideradas *commodities*. Segundo, que a produção em larga escala de arroz, feijão, café e açúcar, consumida pela população do DF, tem como origem as grandes fazendas que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), com centralidade

na região oeste da Bahia, noroeste de Minas Gerais e das regiões nordeste e sul do estado de Goiás. Essas regiões, de fato, influenciam a dinâmica produtiva e econômica do DF, a partir da expansão das fronteiras agrícolas e da modernização conservadora da agricultura.

6. RCC - Considerando que produzir comida barata e sem agrotóxicos para a população do campo e da cidade é meta e desafio dos assentamentos do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como se dá o entendimento acerca da agroecologia, associando conservação ambiental do Cerrado e produção agrícola, pelas/os integrantes do Movimento?

M. Baratto - O MST e a Via Campesina vêm ao longo dos últimos 25 anos apostando na agroecologia como sistema de produção que possa confrontar com a lógica imposta pelo agronegócio. Entendemos a agroecologia como a relação profunda entre as ciências agrônomicas e biológicas, produzidas a partir de vastas pesquisas (incluindo o campo da sociologia rural e da educação do campo) com o conhecimento popular produzido e organizado a partir das técnicas da agricultura tradicional, desenvolvida pelos povos e comunidades de camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, caiçaras e etc.

Esse processo produtivo gesta o que chamamos de agroecologia, e nele compõe-se uma multi-dimensionalidade de relações, desde as técnicas de produção de alimentos saudáveis, sem utilização de adubação química e de agrotóxicos, até as técnicas de produção consorciada com outras espécies arbóreas (agrofloresta), a dimensão das relações de trabalho e de cooperação, as relações de gênero e o desenvolvimento e resgate da cultura camponesa, atrelada a ciência e a mais profunda técnica produtiva, que são pilares fundamentais da agroecologia.

Porém, para que esse sistema se desenvolva e dê conta de garantir uma capilaridade nos processos de produção, organização e comercialização, ganhando assim os mais variáveis mercados (privados ou institucionais), deve-se observar os processos de controle e organização territorial. Destaco quatro pontos que são fundamentais, na minha visão. Primeiro ponto: a democratização da terra e a Reforma Agrária como fatores fundamentais que deem condições da mais ampla e variada produção, em pequena e média escala, e organizada pelos trabalhadores camponeses. Segundo: o controle dos meios de produção pelos trabalhadores e a superação da lógica de controle da cadeia produtiva pelas transnacionais do agronegócio. Aqui cabe o desenvolvimento integral da cooperação agrícola e da agroindustrialização, garantindo assim acesso aos mercados locais e regionais, bem como ao mercado de compras institucionais. Terceiro: a profissionalização dos trabalhadores (formação em produção, gestão, administração, estudo de mercado e etc.), dividindo as tarefas centrais que compõem a organização da produção. O controle das sementes como patrimônio dos povos e da vida é essencial para garantir a maior variedade produtiva possível. Quarto: constituir políticas públicas e canais desburocratizados de financiamento para que os assentamentos possam investir na qualificação técnica e estrutural dos sistemas produtivos e garantir um plano nacional de agroecologia que possa estabelecer critérios a fim de assegurar investimentos em técnicas produtivas de base agroecológica e facilidades em acessar selos de produção orgânica, baixando o custo de produção e, posteriormente, o preço do produto final. A conjunção desses elementos é decisiva para o avanço da agroecologia e da produção de alimentos atrelada aos processos de conservação ambiental. ■